

## Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo

Jorge Phelipe Lira de Abreu

Com a complexificação das estruturas sociais na contemporaneidade torna-se pouco provável a existência de um indivíduo sem que essa não seja marcada por alguns documentos. Existir, independentemente de formação ou carreira, desdobra-se em inúmeras funções das quais os documentos constituem evidência ou o meio pelo qual atividades são realizadas. Até mesmo aqueles informais e sem caráter oficial são capazes de evidenciar interesses pessoais, relações sociais, familiares e culturais. Assim, além do valor instrumental para seu produtor, os arquivos produzidos por pessoas constituem-se como fontes de importância social.

Oliveira (2012, p. 33) entende os arquivos pessoais como “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Os arquivos pessoais, portanto, são contemplados pelo conceito de arquivo sacramentado na Arquivologia, o qual apresenta uma matriz que independe da natureza dos conjuntos documentais. Produzido no âmbito público ou privado, por uma pessoa física ou jurídica, o que caracteriza um arquivo é o seu vínculo com o produtor e com as atividades que lhes deram origem.

No entanto, conforme expõe Yeo (2008, p. 124), os arquivos produzidos por pessoas teriam passado um tanto ao largo do processo de constituição da teoria arquivística, a qual consideramos o “corpo de conhecimento sobre a natureza dos arquivos a fim de definir uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas” (Eastwood, 2013, p. 24). A teoria arquivística descansa muitas das vezes na premissa de que os documentos são criados e mantidos em um contexto institucional. Esse quadro acarretou na adoção de procedimentos diferentes dos adotados nos arquivos oriundos de organizações e dificultou “o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem” (Camargo, 2009, p. 28).

Yeo (2008, p. 124) sugere alguns fatores para o cenário delineado: a força dos arquivos públicos, a importância adquirida pela gestão de documentos, o foco das instituições em encontrar soluções para os documentos digitais, a disposição de arquivistas para deixar os arquivos pessoais a cargo de outras categorias profissionais e a predominância dos arquivos institucionais nas discussões metodológicas.

Sendo assim, para compreender os arquivos pessoais na Arquivologia contemporânea, investiga-se, no presente trabalho, esses conjuntos documentais a partir do pressuposto de que sua marginalidade se moldou em função do lugar ocupado no processo de constituição da teoria arquivística.

### ***Metodologia***

O presente artigo resulta da fase exploratória de pesquisa que busca problematizar a produção e o acúmulo de arquivos pessoais natos digitais, característicos da contemporaneidade, e seus aportes à teoria arquivística, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Arquivos e Documentos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesse contexto, a metodologia empregada é compreendida como a estrada sistemática para alcançar os objetivos traçados, a partir da perspectiva de Minayo (1992, p. 89-90), reconhecendo o caráter aproximado do conhecimento; a imprecisão, parcialidade e imperfeição que a ideia tem do objeto; que um problema de pesquisa emerge necessariamente de um problema concreto; e o olhar sobre o objeto limitado pela posição social do pesquisador.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa essencialmente qualitativa, cujo principal recurso metodológico foi a revisão de literatura. A partir de uma análise da produção bibliográfica sobre a temática dos arquivos pessoais, partiu-se para uma análise do processo histórico-epistemológico de constituição da teoria arquivística. Com base na periodização feita por Schmidt (2012, p. 103), elegeu-se cinco manuais arquivísticos que representam a sistematização da teoria arquivística no período da Arquivologia clássica (1789 - 1945) e Arquivologia moderna (1945 – déc. 1980) e que permitem acessar os enunciados dos principais teóricos dos arquivos, para compreender seus desdobramentos na Arquivologia contemporânea (pós-1980). São eles o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (1898), de Muller, Feith e Fruin, o *Manual de administração de arquivo* (1922), de Hilary Jenkinson, o *Manual Arquivística* (1928), de Eugênio Casanova, o *Manual Archivkunde*, de Adolf Brenneke (1953) e a obra *Arquivos modernos: princípios e práticas* (1956), de T. R. Schellenberg.

Posto que, segundo Minayo e Sanches (1993, p. 245), a linguagem e a prática são matérias primas da abordagem qualitativa, os manuais emergem como acesso a essas duas dimensões, visto que essas obras apresentam um caráter discursivo no que

tange a apresentação de princípios e definições (teoria) e também um caráter empírico em que pese seu aspecto prescritivo.

Tendo em vista que “toda construção teórica é um sistema cujas vigas mestras estão representadas pelos conceitos” (Minayo, 1992, p. 92), que os conceitos espelham perspectivas sobre a realidade e que os arquivos pessoais são contemplados no conceito de arquivo na Arquivologia contemporânea, a análise desse conceito nos manuais escolhidos desponta como chave para compreender o lugar dos arquivos produzidos por pessoas ao longo da constituição da teoria arquivística.

### *Gênese dos arquivos*

Para alguns teóricos a Arquivologia tem suas raízes na Revolução Francesa, quando os arquivos se estabelecem oficialmente enquanto instituição. Para outros, a Arquivologia tem sua gênese na sistematização dos seus princípios e práticas por meio da publicação do Manual de arranjo e descrição de arquivos da Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898. No entanto, para a análise do processo de constituição da teoria arquivística é fundamental considerar o período que abrange a Antiguidade, Idade Média e Época moderna.

No período compreendido entre a invenção da escrita e a Revolução Francesa são delineadas as bases nas quais se firmará as matrizes de conhecimento sobre a natureza dos arquivos, seus métodos e práticas. Para Duranti (1995, p. 2-3) esse período abarca as raízes da ciência arquivística e a origem da bibliografia arquivística, já que as primeiras obras que se dedicaram a temas e tarefas relacionadas aos arquivos foram escritas por juristas no século XI. Posner (2013, p. 274) também concorda ao afirmar que é necessário revisitar o período para compreender as linhas que conduziram o desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa.

O sentido dado ao arquivo na Antiguidade é o de local de guarda em que os documentos públicos eram depositados. Como observa Schmidt (2012, p. 104), “a ideia de arquivo remetia-se a depósitos de documentos a serviço da administração, ‘tesouros’ mantidos guardados pelo seu valor de garantia jurídica”. Conforme expõe Duranti (1995, p. 2-3), o Direito Romano preconizava que pelos arquivos se podia preservar a memória dos atos que relatavam, os documentos eram dotados de autoridade e sua manutenção em lugar público garantia sua confiabilidade, assim como sua custódia ininterrupta assegurava sua autenticidade.

Com a dissolução das organizações administrativas na Idade Média, o sentido e valor atribuído aos arquivos se altera. A criação e manutenção de documentos fica a cargo dos eclesiásticos. Posner (2013, p. 274) verifica que os arquivos se restringiam aos materiais recebidos e, particularmente, aos dispositivos dotados de algum valor financeiro ou legal. a custódia dos arquivos passa a ser feita junta aos livros nos

mosteiros e catedrais e os documentos, portanto, submetidos aos mesmos métodos de organização.

Com o fim da Idade Média os arquivos recobram a importância. O Estado Moderno é caracterizado pela retomada econômica e pela reorganização social. Nesse contexto, os valores jurídico e probatório que os documentos possuíam na Antiguidade são recuperados ao mesmo tempo em que “passam a ter novos valores, usos e uma função mais evidente, de forma que funcionários são nomeados para organizar documentos e principalmente manter a autenticidade de certidões” (Ribeiro, 1999, apud Schmidt, 2012, p. 105). Estabelecidos esses valores, inicia-se o uso cultural pelos letrados, com o objetivo de redigir as primeiras “histórias oficiais”.

A partir da análise do período que precede a formulação das bases da teoria arquivística, entende-se por documento aqueles acumulados com a finalidade de garantir direitos e privilégios e subsidiar a produção de eruditos enquanto evidência histórica. Antes da Revolução Francesa, arquivo era compreendido como um lugar a serviço da administração no qual o valor probatório e jurídico era preservado, cuja a característica principal era a descentralização. A partir desse panorama, passa-se à Arquivologia clássica.

### *O conceito de arquivo na arquivologia clássica: os holandeses, Jenkinson, Casanova e Brenneke*

O período compreendido pela Arquivologia clássica tem início com a Revolução Francesa e termina após a II Guerra Mundial, para muitos teóricos é caracterizado por grandes mudanças políticas, administrativas, sociais e econômicas. Para Posner (2013, p. 275) a Revolução Francesa configura-se como um marco do começo de uma nova era na administração dos arquivos, sua primeira contribuição importante foi o estabelecimento de uma administração central dos arquivos públicos em esfera nacional, a segunda foi o reconhecimento da responsabilidade do Estado em relação ao patrimônio documental e, por fim, o princípio da acessibilidade dos arquivos públicos, ainda que somente uma pequena parcela da sociedade fosse letrada.

Embora o estabelecido anteriormente não tenha se invalidado, os documentos passam a ter mais importância para a produção de conhecimento histórico, visto que o Estado se torna responsável pela construção da história nacional. Essa demanda implica no fazer arquivístico, que se volta para a descrição de documentos, para a produção de instrumentos de pesquisa e para as soluções relacionadas à organização e tratamento dos arquivos.

Nessa conjuntura, surge a noção de fundos de arquivo e com ela a formulação do Princípio da Proveniência, “um dos primeiros e talvez um dos principais princípios teóricos da área, um Saber, que quase cinquenta anos depois foi

chancelado pelo Manual dos Holandeses” (Schmidt, 2012, p. 108), marco da apreensão da Arquivologia sob o ponto de vista de área do conhecimento.

Embora o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* de Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, membros da Associação dos Arquivistas Holandeses, não se configure como a primeira publicação sobre os arquivos e que os princípios arquivísticos anunciados no manual não eram inéditos, o Manual dos Holandeses é tomado pela maioria dos teóricos da área como o marco referencial da teoria arquivística, posto que reúne e divulga os principais enunciados da área enquanto campo do Saber, além de fornecer elementos que diferenciam a Arquivologia de outras áreas do conhecimento. Sob essa perspectiva, destacamos o primeiro conceito de arquivo para análise dos arquivos pessoais na teoria arquivística:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou **produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários**, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 13, grifo nosso).

Para Muller, Feith e Fruin, arquivo tem a sua natureza limitada aos documentos de caráter oficial recebidos ou produzidos no âmbito de órgãos administrativos. Sendo assim, o primeiro enunciado conceitual dos arquivos não contempla os conjuntos documentais produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física, refletindo as bases nas quais a História dos Arquivos se firmou, os arquivos públicos de valor histórico.

Considerando que o Manual dos Holandeses “estabeleceu a identidade central da área” (Menne-Haritz 1999 apud Schmidt, 2012 p. 115) e que suas ideias foram disseminadas internacionalmente e influenciaram os teóricos que vieram a seguir, esse enunciado tem grande impacto no que diz respeito ao reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivos, compreendido como um todo orgânico. Para os holandeses, os arquivos produzidos por pessoas parecem estar mais próximos das coleções de manuscritos, criadas arbitrariamente (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 18).

Publicado vinte e quatro anos após o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, o *Manual de Administração de Arquivo*, do inglês Hilary Jenkinson, apresenta influência dos holandeses, embora Jenkinson tenha como objetivo ampliar o espectro de pontos de vista sobre os arquivos, a partir dos arquivos de guerra. O teórico faz uma série de contribuições ao desenvolvimento da Arquivologia enquanto campo do conhecimento, especialmente no que tange às características do documento arquivístico. Nesse contexto, Jenkinson considera que

Para que um documento possa ser considerado arquivístico deve ter sido produzido ou utilizado no curso de **transações administrativas ou executivas (seja pública ou privada)** da qual o documento faça parte, e deve ser preservado como fonte de informação pela pessoa ou pessoas

responsáveis pela transação e/ou sucessores (Jenkinson, 1922, p. II, grifo nosso).

A natureza do documento arquivístico para Jenkinson é administrativa ou executiva. Sua diferença para a definição apresentada pelos holandeses consiste em considerar os documentos de natureza privada. Nesse sentido, alguns autores entendem que o teórico abarca uma dimensão pessoal no conceito de arquivo, posto que “em suas várias definições de arquivos Jenkinson ressaltou a preservação por quem os haja criado ‘para sua própria informação’ ou ‘para sua própria referência’” (Schellenberg, 2006, p.38). No entanto, a terminologia utilizada por Jenkinson reflete seu lugar de fala, o Public Record Office, e faz parecer pouco provável que o teórico esteja antecipando o que o italiano Eugênio Casanova apresentou em seu *Manual Arquivística*, publicado em 1928.

Casanova apresenta um extenso manual com forte inclinação teórica. O autor preocupa-se em apresentar uma história dos arquivos e da Arquivologia, além de levantar uma reflexão acerca da terminologia da área. Nesse bojo, Casanova expõe seu conceito de arquivo, que consiste em uma

Acumulação ordenada de documentos criados por uma **instituição ou pessoa** no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (Casanova, 1928, p. 19).

Casanova expande a natureza dos arquivos, não limita a produção ao tipo de instituição, inclui em sua concepção os arquivos de natureza pública e privada e os oriundos de pessoas, independentemente de sua carreira, formação ou lugar de produção. Embora também atuasse no serviço público como os teóricos holandeses e o inglês Jenkinson, a ampliação do conceito de arquivo proposta por Casanova condiz com sua discussão terminológica e reconhece o caráter orgânico dos arquivos produzidos por pessoas, cuja preservação estava relacionada à memória da finalidade pela qual os documentos foram criados, fundamental para garantia do vínculo entre o arquivo e seu produtor.

Apesar de ter seu manual publicado oito anos após sua morte, em 1953, no período compreendido pela Arquivologia moderna, o alemão Adolf Brenneke produziu seus escritos durante a Arquivologia Clássica. Ainda que sua concepção de arquivo reflita as correntes teóricas do período em que viveu, sua percepção transpassa muitas teorias atuais. Menne-Haritz outorga ao autor

Uma primeira e efetiva ‘teoria moderna’ para o campo dos arquivos, justificando que coube a ele considerar e explicar o Princípio da Proveniência pelo aspecto funcional – das funções que originam os documentos, independente do caráter físico dos arquivos (2005 apud Schmidt, 2012, p. 124).

Para o alemão, arquivo se configura pelo “conjunto de papéis e documentos que promanam de **atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica** e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado” (apud Schellenberg, 2006, p. 37, grifo nosso). Brenneke contempla os documentos produzidos por pessoa física, embora essa produção seja limitada às atividades legais ou de negócios.

A terminologia utilizada pelo teórico alemão permite apontar a coerência com o desenvolvimento da teoria arquivística na Arquivologia clássica, caracterizada pela enunciação dos primeiros marcos teóricos, pelo delineamento de uma área de conhecimento e pela inauguração da tradição manualística.

Embora o cenário desenhado por Oliveira (2012) acerca dos arquivos pessoais e seu lugar na Arquivologia na França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá indique que esses arquivos passaram a suscitar alguma atenção em meados do século XIX, esse interesse esteve relacionado com uma conexão pujante entre preservação e interesse da história que se refletia na política de aquisição das instituições públicas.

Predominantemente, no período entre a Revolução Francesa e o fim da Segunda Guerra Mundial, as análises e teorias foram concebidas a partir da apreensão do arquivo enquanto conjunto de documentos criados em função de um objetivo num contexto institucional, cuja manutenção se relacionava com o interesse histórico.

Localiza-se, nesse período, alguns dos fatores apontados por Yeo (2008, p. 124) para o lugar ocupado pelos arquivos pessoais na teoria arquivística: a força dos arquivos públicos na construção das bases da Arquivologia enquanto campo do conhecimento e a predominância dos arquivos institucionais nas discussões metodológicas em função do lugar de fala dos teóricos, que deixaram os arquivos pessoais a cargo de outras categorias profissionais.

### *Schellenberg e o conceito de arquivo na arquivologia moderna*

A Arquivologia moderna, segundo Schmidt (2012, p. 104), compreende o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento do documento digital. O contexto mundial encontrava-se em reorganização e o desenvolvimento administrativo, burocrático e tecnológico trouxeram uma nova realidade para o campo dos arquivos, a produção de documentos de natureza administrativa em grande escala. Nesse cenário, surge a perspectiva de gestão de documentos, a ampliação do uso dos arquivos, a teoria do ciclo vital e das três idades.

Os arquivos modernos que caracterizam o período podem ser apreendidos como arquivo administrativo. Os Estados Unidos inauguram um novo ponto de vista para os arquivos que se contrapõe ao caráter cultural e histórico propagado na

Arquivologia clássica, o do “arquivo como um serviço administrativo” (Schmidt, 2012, p. 152). Nesse contexto está inserido o estadunidense T. R. Schellenberg, que se tornou representante das teorias oriundas do período.

Sua obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas* foi publicada em 1956 e não recebe a denominação de manual, mas seu objetivo prescritivo cumpre a função desse tipo de publicação no que tange ao tratamento dos documentos recém-criados pela administração pública. O autor amplia o escopo teórico do campo dos arquivos especialmente no que diz respeito aos estudos da função arquivística de Avaliação e a identificação dos valores primário e secundário.

Para o teórico, arquivo é o conjunto de documentos

Expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (Schellenberg, 2006, p. 41, grifo nosso).

Schellenberg deixa margem para que os conjuntos documentais produzidos por pessoas sejam compreendidos como arquivos, posto que considera que qualquer entidade pública ou privada pode produzir arquivos. No entanto, o autor condiciona a produção de arquivos ao exercício de encargos legais ou de atividades. Nesse segmento, para que os arquivos pessoais tenham seu caráter orgânico reconhecido, precisam estar obrigatoriamente ancorados em uma atividade.

Na Arquivologia moderna, as teorias e análises desenvolveram-se para dar conta de um problema de ordem prática, a proliferação de registros de natureza oficial provocada pelo desenvolvimento tecnológico e pelas mudanças administrativas. Nessa paisagem, identifica-se mais um fator apresentado por Yeo (2008, p. 124) para o lugar à margem da teoria arquivística ocupado pelos arquivos produzidos por pessoas, qual seja a importância adquirida pela gestão de documentos.

### ***Os arquivos pessoais na Arquivologia contemporânea***

A Arquivologia contemporânea se inaugura com o advento do documento digital na década de 1980 e alcança os dias atuais. A introdução da informática na produção de documentos vai provocar uma crise no campo dos arquivos, uma vez que os arquivistas imaginavam não dispor de teoria e metodologia para dar conta da nova demanda. O desenvolvimento tecnológico, para além dos arquivos, culmina em um momento de mudança nas relações sociais, pessoais, econômicas e culturais.

A “desmaterialização” dos documentos desencadeia muitas reflexões na Arquivologia e o período caracteriza-se pela revisitação de seu estatuto científico, particularmente no que tange a reconstituição do contexto de produção e o controle dos documentos. Sem adentrar numa análise profunda, ressoa no discurso arquivístico o tema ruptura de paradigmas, do qual alguns teóricos acreditam que tenha surgido uma Arquivologia pós-custodial. Mas como afirma Durante,

algumas observações feitas a partir da nova realidade colocaram em crise alguns pressupostos básicos concernentes aos arquivos e arquivistas. Entretanto, rejeitar todos esses pressupostos nos levaria ao vazio. (...) o conhecimento tradicional pode ser transformado pela interação com novas observações, e suas aparentes contradições podem ser reconciliadas (1994 apud Schmidt, 2012, p. 187).

A necessidade das instituições de encontrar soluções para a garantia de autenticidade e para a preservação dos documentos digitais assume o protagonismo na Arquivologia contemporânea e constitui o último fator ao qual Yeo (2008) atribui a posição dos arquivos pessoais no discurso e na prática arquivística.

No entanto, Theo Thomassen (2012, p. 17-18) acredita que a contemporaneidade se identifica pela difusão das fronteiras entre o público e o privado, entre o institucional e o pessoal, posto que as tecnologias de informação individualizam a produção de documentos e potencializam a auto documentação. O autor acredita no deslocamento de uma abordagem centrada no Estado para uma abordagem centrada nas pessoas e nesse sentido o foco se deslocaria dos arquivos públicos para o arquivamento privado.

Em um primeiro momento o discurso de Yeo (2008) parece se chocar com a realidade delineada por Thomassen (2012). No entanto, Rondinelli (2005, p. 18) expõe que o histórico das relações entre Arquivologia e Informática se caracteriza pelo trinômio impacto/assimilação/intervenção. Portanto, o destaque para os documentos digitais produzidos num contexto institucional, após assimilação, desloca-se na direção da colocação de Thomassen (2012).

Nesse sentido, Terry Cook (1998) alertaria, ao justificar seus argumentos acerca dos arquivos pessoais e arquivos institucionais para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, que vislumbrava o tipo de futuro que os arquivistas logo estariam enfrentando em todas as partes do mundo. Visto que, “interdisciplinares por excelência” (Bellotto, 2014, p. 108), os arquivos pessoais passam a conjugar na Arquivologia contemporânea o hibridismo de sinais e símbolos com um hibridismo tecnológico.

As questões apontadas colocam os arquivos produzidos por pessoas em um novo lugar na teoria e na prática arquivística, em direção ao reconhecimento, defendido por Camargo (2008), do caráter orgânico e instrumental inerente a qualquer arquivo nos arquivos pessoais.

A partir disso, abre-se caminho para discussões acerca dos princípios tradicionais arquivísticos no âmbito desses arquivos a fim de responder à demanda que se impõe na Arquivologia contemporânea, já que “declarações lamentando a escassez de publicações sobre arquivos pessoais não são mais verdadeiras: um corpo rico de literatura está sendo desenvolvido para examinar este campo emergente de pesquisa” (Carter; Fisher; Harris; Hobbs, 2013, p. 2).

Identificada a proveniência, o produtor do arquivo, no caso dos arquivos pessoais, e a relação entre os documentos desse conjunto, não parece existir caminho mais apropriado que pela teoria arquivística para que seu contexto não seja perdido, bem como seu caráter probatório, no sentido de evidência das atividades, interesses e relações do titular.

De posse dessa abordagem, os profissionais de arquivo se encontram munidos de recursos para lidar, por exemplo, com a representação, por meio do arranjo e da descrição, das múltiplas funções que caracterizam as pessoas na contemporaneidade, tendo em vista que a tecnologia dota o produtor de arquivos de diversas possibilidades de atuação, em vários espaços.

As soluções encontradas pela teoria e prática arquivística para lidar com as questões colocadas pelos documentos digitais no âmbito institucional, podem contribuir para as questões que se colocam sobre ordem original e autenticidade nos arquivos pessoais, da mesma maneira que os estudos de tipologia documental podem auxiliar na identificação dos arquivos pessoais. Desse modo, a efervescência que marca a Arquivologia contemporânea na busca por respostas impulsiona uma ampliação do seu escopo teórico, no qual há espaço para os arquivos produzidos por pessoas.

### *Considerações finais*

A História dos Arquivos denuncia as bases nas quais a teoria arquivística irá se erguer. Entendia-se por arquivo o lugar no qual os documentos de natureza pública eram preservados em função da capacidade de atestarem direitos. A custódia dos documentos nesses arquivos assegurava a confiabilidade como testemunho de ações. Nessa conjuntura, os documentos também serviam de evidência histórica para uso de intelectuais.

A Revolução Francesa inaugura a Arquivologia clássica enquanto significa uma referência na trajetória do campo dos arquivos. Com as transformações em todas as esferas sociais, os documentos passam a ter outra função no contexto de construção de histórias nacionais, embora as funções estabelecidas anteriormente tenham sido mantidas. A centralização dos arquivos vai culminar no delineamento de uma área do conhecimento por meio da enunciação de um dos principais marcos teóricos do campo dos arquivos, o Princípio da Proveniência. Assim, a organização

deixa de ter temática ou intuitiva e passa a ser realizada com base no contexto de produção dos documentos.

Nesse período publicou-se diversos manuais especializados, que analisados oferecem um panorama do desenvolvimento do Fazer e do Saber arquivístico, posto que carregam uma dimensão discursiva, portanto, conceitual e outra prescritiva, portanto, empírica.

Investigar o conceito de arquivo no Manual dos Holandeses, em Jenkinson, Casanova e Brenneke, permite acessar que tipo de arquivo o período clássico da Arquivologia preconiza. A terminologia empregada pelos teóricos, de maneira geral, permite perceber a noção de conjunto de natureza oficial produzido em função de um objetivo, quer seja uma transação, atividade ou negócio. Essa concepção reflete a vivência desses teóricos em arquivos históricos de caráter público. Salvo a exceção de Casanova, os arquivos pessoais não são contemplados como arquivo nesse período importante para o desenvolvimento da teoria arquivística.

A Arquivologia moderna é marcada pela perspectiva da gestão de documentos, devido à nova realidade que se impõe aos arquivos com os documentos administrativos, produzidos em grande quantidade após a Segunda Guerra Mundial. Amplia-se o uso dos documentos e emergem marcos teóricos importantes. O inglês Schellenberg é o principal teórico dos chamados arquivos modernos e espelha a concepção de arquivo dos teóricos que precederam a publicação de sua obra *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Sua visão compreende os arquivos pessoais, mas com uma terminologia pontuada pelo contexto institucional. O período se caracterizou pela preocupação central com a gestão de documentos.

Com o advento do documento digital funda-se o período compreendido pela Arquivologia contemporânea, assinalado pela ebulição de reflexões provocadas pela “desmaterialização” dos documentos trazida pelo desenvolvimento tecnológico. A assimilação dessas questões no âmbito das instituições assume o protagonismo na teoria e na prática arquivística. Entretanto, o panorama se altera com a extrapolação das tecnologias de comunicação e informação do âmbito institucional. A diminuição das fronteiras entre o público e o privado, entre o institucional e pessoal, provocada pelo aumento do potencial de auto documentação vai lançar alguma luz sobre os arquivos produzidos por pessoas, especialmente no tocante ao oferecimento de subsídios para o reconhecimento de seus atributos arquivísticos.

A análise do conceito de arquivo ao longo da constituição da Arquivologia enquanto campo do Saber permite validar a hipótese de que o lugar ocupado pelos arquivos pessoais no processo de constituição da teoria arquivística configura a razão para a dificuldade do reconhecimento da organicidade desses conjuntos documentais, responsável pela separação histórica, apontada por Cook (1998, p. 130), entre os papéis pessoais de indivíduos particulares, recolhidos às bibliotecas, universidades, museus e institutos de pesquisa e os documentos oficiais, recolhidos aos arquivos nacionais, estaduais e municipais.

As pessoas, apesar de poderem contemplar em seus arquivos documentos de caráter oficial, como declarações e certidões, não possuem, necessariamente, compromisso formal na produção de documentos, o que reveste esses conjuntos com uma aura de especificidade. No entanto, essa ausência de convenção não significa que os arquivos produzidos por pessoas não são capazes de representar “funções, processos, incidentes, eventos e atividades” (Yeo, 2007 apud Camargo, 2009, p. 28). Nesse aspecto, os arquivos pessoais devem se sustentar pelas razões que lhe deram origem. Qualquer abordagem que transgrida o Princípio da Proveniência e a relação orgânica existente entre os documentos comprometerá a qualidade mais cara dos arquivos, seu valor probatório.

### Referências

- BELLOTTO, H. L. *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional*. Debate com Terry Cook. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 107-114.
- CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, julho-dezembro de 2009, p. 26-39.
- CARTER, R. G. S.; FISHER, R.; HARIS, C.; HOBBS, C. From the Guest Editors: Perspectives on Personal Archives. *Archivaria*, Ottawa, n.76, p.1-24, 2013.
- CASANOVA, E. *Archivistica*. Siena: Lazzeri, 2. ed., 1928.
- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 21, p. 129-149. 1998.
- DURANTI, L. *Ciencia Archivistica*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba (Argentina), 1995.
- EASTWOOD, T. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12. N.2, jul./dez, 2013, p. 15-27.
- JENKINSON, H. *A manual of archive administration*. A reissue of the second edition. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1966.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1992, p. 89-104.
- MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. jul./set.1993. p. 239-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n> HYPERLINK "<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>"3 HYPERLINK "<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>". Acesso em 23 jan. 2016.
- MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

OLIVEIRA, L. M. V. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

POSNER, E. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 273-284, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/531/529>. Acesso em: 23 jan. 2016.

RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHMIDT, C. M. S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. São Paulo: Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2012.

THOMASSEN, T. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2012.

YEO, G. Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. *The American Archivist*, Chicago, Vol. 71, p. 118-143, Spring/Summer 2008.